



***ALÉM DA REDE: MASCULINIDADES HEGEMÔNICAS E DISSIDENTES
NO VOLEIBOL***

***MÁS ALLÁ DE LA RED: MASCULINIDADES HEGEMÓNICAS Y
DISIDENTES EN EL VOLEIBOL***

***BEYOND THE NET: HEGEMONIC AND DISSIDENT MASCULINITIES
IN VOLLEYBALL***

Thiago Camargo Iwamoto¹

Mickaell Felype Azevedo Silva²

Anário Dornelles Rocha Júnior³

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar, a partir da experiência pessoal no voleibol, como diferentes formas de masculinidade se manifestam, são reguladas ou desafiadas nessa modalidade, considerando suas dimensões pessoal, social e prático-pedagógica. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, fundamentada em relato de experiência de um ex-atleta da cidade de Itumbiara-GO. As análises demonstram que, embora o voleibol possa ser considerado um espaço potencialmente híbrido e acolhedor, ainda persistem práticas e discursos que reforçam a masculinidade hegemônica, marginalizando expressões dissidentes. Tais discursos são observados entre atletas, comissão técnica e torcedores. Em contrapartida, justamente por ser um espaço plural, identifica-se a possibilidade de rupturas e avanços na construção de ambientes mais inclusivos e respeitosos. Nesse sentido, destaca-se a importância de discutir questões relacionadas às temáticas de gênero e sexualidade, em especial, as masculinidades no voleibol, como forma de contribuir para o respeito à diversidade e para o acolhimento no contexto esportivo.

PALAVRAS-CHAVE: Masculinidades. Voleibol. Relato de Experiência. Discursos.

¹ Doutor em Educação Física. Universidade Estadual de Goiás, Goiânia, Goiás, Brasil.

² Graduando em Educação Física. Bolsista de Iniciação Científica da UEG (BIC/UEG). Universidade Estadual de Goiás, Itumbiara, Goiás, Brasil.

³ Doutor em Educação. Universidade Estadual de Goiás, Goiânia, Goiás, Brasil.

RESUMEN

El objetivo de este artículo es analizar, a partir de la experiencia personal en el voleibol, cómo diferentes formas de masculinidad se manifiestan, regulan o desafían en esta modalidad, considerando sus dimensiones personal, social y praxiopedagógica. Se trata de una investigación cualitativa basada en el relato de un exatleta de Itumbiara-GO, Brasil. El análisis muestra que, aunque el voleibol puede ser visto como un espacio potencialmente acogedor y plural, persisten prácticas y discursos que refuerzan la masculinidad hegemónica y marginan expresiones disidentes. Dichos discursos aparecen entre atletas, cuerpo técnico y aficionados. Sin embargo, justamente por su pluralidad, el voleibol también permite rupturas y avances hacia entornos más inclusivos. Se destaca la relevancia de discutir cuestiones de género y sexualidad, especialmente las masculinidades en el voleibol, como forma de promover el respeto por la diversidad y el acogimiento en el deporte.

PALABRAS-CLAVE: Masculinidades. Voleibol. Informe de Experiencia. Discurso.

ABSTRACT

This study aims to analyze, from the perspective of personal experience in volleyball, how different forms of masculinity are manifested, regulated, or challenged within this sport, considering its personal, social, and pedagogical dimensions. This is a qualitative research project, grounded in the experience of a former athlete from Itumbiara-GO, Brazil. Analyses reveal that, although volleyball can be considered a potentially hybrid and welcoming space, practices and discourses that reinforce hegemonic masculinity and marginalize dissenting expressions persist. Such discourses are observed among players, coaching staff, and supporters. However, by virtue of being a plural space, there emerges the possibility of breakthroughs in the creation of more inclusive and respectful environments. In this sense, the importance of discussing issues related to gender and sexuality, especially masculinities in volleyball, is underscored to foster respect for diversity and greater acceptance within the sporting context.

KEYWORDS: Masculinities. Volleyball. Experiential Narrative. Discourses.

* * *

Não é que eu era superaceito, que todo mundo adorava o “viado” no time, não, mas eu me fazia ser, porque iam precisar de mim, na minha cabeça era isso. Sempre deixei isso muito claro, porque eu sabia que, se ficasse entre o Douglas e o heterozinho padrão, iam ficar com o heterozinho padrão. Então eu sempre tentei o meu máximo para que o time precisasse de mim, que precisasse do Douglas para ganhar jogos, para ganhar campeonatos. Eu meio que forçava,

“vai me aceitar, sim”.

Douglas Correia de Souza

Introdução

O esporte destaca-se, na contemporaneidade, como um dos maiores fenômenos socioculturais, tendo impacto significativo na ordem social, cultural, econômica e até política de diferentes sociedades (Valter Bracht, 2005; Renan Furtado, 2025). Devido a

essa multiplicidade de relações, compreende-se que as práticas e os sentidos variam conforme a cultura e a comunidade local. Bracht (2005) propõe a distinção entre o esporte de alto rendimento ou espetáculo e o esporte como atividade de lazer, distinção apropriada para o presente texto, especialmente ao se considerar que o processo educativo atravessa todos os espaços, sendo sistematizado de formas particulares.

A associação que cada pessoa estabelece com o esporte é sempre singular, dependendo de interesses, necessidades e experiências no contexto das práticas esportivas (Furtado, 2005). Essas experiências podem assumir funções sociais relevantes, como meio de mobilidade social ou ressignificação de vivências juvenis (Bracht, 2005; Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, 2017). Jocimar Daólio (1998) aponta para a relação próxima entre o esporte e o processo de formação humana, em que o corpo e movimento são essenciais na construção da identidade.

Entretanto, ainda que o valor social do esporte seja amplamente reconhecido, ele também carrega tensões e contradições da sociedade contemporânea (Pedro Athayde *et al.*, 2016), tornando-se, frequentemente, palco de exclusões dirigidas a identidades e corpos que não se enquadram no padrão da performance hegemônica, dificultando a inclusão social de forma expressiva. No contexto das políticas esportivas, fenômenos como disputa de legitimação simbólica e restrição de acesso por questões de aptidão, estrutura e/ou características pessoais são recorrentes (Marco Antonio Oliveira de Azevedo; Arnóbio Gomes Filho, 2011). Ao mesmo tempo, as práticas esportivas acabam reproduzindo formas históricas de preconceitos e discriminação.

Nessa perspectiva, corpos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queers, Intersexos, Assexuados e mais (LGBTQIA+), assim como aqueles que manifestam masculinidades dissidentes, são, ainda hoje, vítimas de invisibilização e violência simbólica. Isso ocorre nos mais variados ambientes do esporte, seja entre atletas, comissão técnica, dirigentes e/ou torcida (Júlia Borges; Raoni Machado; Waleska Francisco, 2021).

No caso do voleibol, autores(as) como Juliana Coelho (2009), Leandro Brito, Vanessa Pontes e Erik Pereira (2016) vêm destacando seu potencial como espaço híbrido de pluralidade e acolhimento, em contraste com modalidades como o futebol, geralmente associada à (re)afirmação da masculinidade hegemônica (Coelho, 2009; Luiza dos Anjos, 2015; Leandro Brito, 2018; 2022; 2023). Ainda assim, as práticas e discursos de exclusão permanecem, exigindo dos sujeitos LGBTQIA+ e de masculinidades dissidentes uma

negociação constante de sua legitimidade na modalidade (Anjos, 2015; Brito, 2022; Erica Hideshima *et al.*, 2024).

Diante desse panorama, o presente artigo tem como objetivo analisar, a partir da experiência pessoal no voleibol, como diferentes formas de masculinidade se manifestam, são reguladas ou desafiadas nesta modalidade, considerando suas dimensões pessoal, social e prático-pedagógica. O ambiente investigado, situado em Itumbiara-GO, é caracterizado como uma associação sem fins lucrativos voltada para o treinamento de voleibol, que participa de campeonatos oficiais pela Confederação Brasileira de Voleibol, como o campeonato goiano e a Superliga C.

Metodologicamente, o artigo está estruturado como uma pesquisa qualitativa de natureza descritiva, tendo como principal instrumento o relato de experiência de um dos autores (ex-atleta da associação), concebido aqui como uma expressão escrita das vivências cotidianas, abordagem fundamental para o avanço do conhecimento e da ciência no âmbito das experiências subjetivas e corporais no esporte (Ricardo Mussi; Fábio Flores; Claudio Almeida, 2021).

A trajetória esportiva do autor-relator se iniciou em 2012 na equipe escola de um instituto localizado em Itumbiara-GO, e se estendeu até 2023, sendo oito anos vivenciados na associação local de voleibol. Assim, o relato aqui apresentado abrange doze anos de envolvimento direto com a modalidade na cidade, proporcionando uma perspectiva longitudinal sobre os desafios e negociações relacionadas às masculinidades nesse contexto. A versatilidade foi marcante na vivência do autor-relator, visto que transitou entre as principais posições no voleibol, iniciando como levantador, posteriormente atuando como ponteiro e, mais recentemente, como líbero. Essa variedade de funções oferece uma perspectiva ampliada sobre os diferentes desafios, expectativas e dinâmicas relacionadas às masculinidades dentro da modalidade.

O relato não se baseia na descrição de episódios específicos isolados, mas na análise panorâmica dos padrões, tensões e negociações recorrentes, (re)construídos a partir de vivências em treinamentos, campeonatos, interações com técnicos, atletas, gestores(as) e torcedores(as). A seleção dos episódios e situações privilegiou aqueles momentos considerados mais ilustrativos pelo autor-relator e coautores frente às normas de gênero e sexualidade na prática esportiva. Não obstante, no que tange aos aspectos técnicos, destaca-se que as experiências relatadas dizem respeito ao próprio autor-relator, que consente expressamente com a exposição de sua identidade e de sua trajetória, mantendo o anonimato de terceiros.

O relato foi organizado em três dimensões para melhor compreensão e análise das experiências e das complexidades das masculinidades no voleibol: Dimensão Pessoal (Vivências e percepções sobre as masculinidades no Voleibol), buscou-se explorar aspectos subjetivos e identitários relacionados à vivência no voleibol, com ênfase na percepção individual e nas marcas de gênero e sexualidade presentes nessa trajetória; Dimensão Social (Marcos socioculturais das masculinidades no Voleibol), concentrou-se nas dinâmicas coletivas, culturais e institucionais que atravessam o espaço do voleibol, observando como as masculinidades são socialmente negociadas nesse ambiente; e Dimensão Prático-Pedagógica (Técnicas, saberes e relações no voleibol e a relação com as masculinidades), examinando práticas e saberes técnico-táticos do voleibol associados à experiência do ex-atleta, bem como o modo como as construções de gênero e sexualidade são dialogadas ou tensionadas.

A análise das narrativas foi subsidiada por triangulação teórica com referenciais nacionais e internacionais dos estudos de gênero, esporte e masculinidades, como Raewyn Connell, Leandro Brito, Luiza dos Anjos, Juliana Coelho, dentre outros(as). O processo analítico incluiu debate entre os(as) autores(as), revisão crítica das interpretações e busca de diálogo com outros estudos sobre o tema.

Embora haja avanços nas pesquisas sobre masculinidades no voleibol, este relato busca contribuir de modo original ao evidenciar como essas dinâmicas se processam num cenário ainda pouco explorado pela literatura, ou seja, o contexto regional da cidade de Itumbiara-GO, marcada pela influência de valores tradicionais, conservadores e locais, além dos desafios próprios das associações amadoras do interior. Ao focar uma trajetória longitudinal e pessoal, situada nesse espaço específico, o artigo oferece elementos para compreender como práticas, tensões e negociações de masculinidades são vividas, (re)significadas e disputadas em contextos de menor visibilidade e recursos limitados, ampliando o debate nacional sobre diversidade no esporte.

Dimensão Pessoal: vivências e percepções sobre as masculinidades no Voleibol

A trajetória do autor-relator revela uma base sólida construída ao longo dos anos como atleta de alto rendimento da associação, experiências que hoje compõem sua bagagem como ex-atleta. Dentre os relatos analisados, destaca-se que o respeito está atrelado às conquistas de títulos importantes, fator marcante principalmente em cidades

interioranas que ainda mantêm um pensamento mais tradicional e conservador, nas quais há pouca valorização do esporte, diferentemente do que ocorre em cidades maiores. Nesse sentido, vale ressaltar que o município de Itumbiara se configura como cidade de porte médio, com forte influência agropecuária e, posteriormente, agroindustrial (Vitor Miyazaki, 2019), mas que ainda necessita de investimentos no contexto esportivo.

Cidades com estruturas esportivas menores tendem a apresentar fragilidades e, conseqüentemente, uma baixa efetividade social das políticas públicas direcionadas ao esporte. A carência de investimentos e de infraestrutura impacta negativamente tanto na prática esportiva quanto na visibilidade daqueles(as) que praticam a modalidade (Carlos Borges; Grece Tonini, 2012). Quanto ao financiamento, esse geralmente beneficia equipes de porte médio, o que não corresponde à realidade da associação em questão. Ainda conforme o relato, evidencia-se que, muitas vezes, era necessário promover eventos como rifas, galinhadas e sorteios para angariar recursos destinados à participação em competições. Desse modo, um dos principais desafios observados é a ausência de incentivo e de políticas públicas, o que representa barreiras que poucos(as) conseguem ultrapassar.

Apesar dessas adversidades, a experiência vivenciada pelo autor-relator dentro das quadras de treinamento e de competição proporcionou um novo olhar sobre o voleibol, compreendido enquanto espaço de coletividade, trabalho em equipe e superação de estereótipos tradicionais vinculados ao “ser homem”. Esses convívios permitiram perceber que, em quadra, o valor reside na dedicação, no compromisso coletivo e na colaboração, elementos que também transcendem a visão limitada de masculinidade. Tal vivência levou à problematização e à ressignificação de ideias iniciais sobre o que é “ser homem”, conduzindo ao entendimento de que essa dimensão vai além da concepção hegemônica de virilidade, força e masculinidade, e se manifesta em atributos como lealdade, respeito e espírito de equipe.

Ainda que essa percepção pessoal sobre a prática vivenciada no voleibol esteja presente, ocorreu contato com múltiplas expressões de masculinidades dissidentes. O julgamento acerca dessas masculinidades não se limitava ao ambiente externo à quadra, mas também se manifestava entre atletas, incluindo pessoas homossexuais, e comissão técnica.

É comum ver esses amigos questionando as relações entre outros colegas da comunidade, apontando trejeitos, fazendo piadas ou levantando dúvidas que expõem mais o preconceito do que qualquer forma de acolhimento. (Autor-relator)

Dito isso, a compreensão das masculinidades neste estudo se ancora na perspectiva de Raewyn Connell e James Messerschmidt (2013), para quem a masculinidade não configura um traço essencial, individual e/ou natural do gênero masculino, mas se constrói com um conjunto de práticas sociais institucionalizadas, legitimadas e reiteradas ao longo do tempo. Tais práticas organizam identidades, corpos, comportamentos e relações de poder em torno de um padrão hegemônico, legitimando a dominação dos homens sobre as mulheres e sobre outras masculinidades consideradas subordinadas. Nessa mesma direção, Neuzi Barbarini e Daniel Martins (2018) reforçam que a masculinidade é um fenômeno relacional e institucional, produzido e reproduzido pelas relações sociais, enquanto Brito (2022) denomina esse movimento como "masculinidade normalizadora", responsável por hierarquizar identidades e corpos e delimitar as fronteiras do que é considerado legítimo ou dissidente na experiência do "ser homem".

Há uma perspectiva ocidental de masculinidade, centrada no homem branco, chefe de família, viril, dotado de força física, autonomia e racionalidade, dominante, líder em diferentes espaços e heterossexual. No esporte, tal modelo não é diferente, a masculinidade hegemônica é reiterada, celebrada e mercantilizada, evidenciada pela midiaticização e comercialização da imagem de atletas que representam essa masculinidade, demonstrando poder social. Atletas que se encaixam nesses critérios e os manifestam em suas performances recebem prestígio, legitimando o poder masculino (Connell; Messerschmidt, 2013).

Em contraste com esportes frequentemente marcados por discursos rígidos de masculinidade hegemônica, como o futebol, o voleibol tende a configurar-se, ao menos parcialmente, como um espaço mais híbrido e plural no que diz respeito às expressões de gênero e sexualidade (Coelho, 2009; Judit Vidiella *et al.*, 2010; Anjos, 2015; Brito, 2018). Enquanto o futebol é reiteradamente associado à virilidade compulsória e à marginalização de traços considerados femininos ou à homossexualidade, o voleibol é compreendido, por diferentes autores(as), como ambiente que reconhece e acolhe certa diversidade de identidades e performances, promovendo, ainda que de forma contraditória e por vezes tensa, alguma flexibilização das fronteiras da masculinidade

tradicional. Como indicam Coelho (2009) e Anjos (2015), essa hibridização não elimina conflitos nem preconceitos, mas amplia a possibilidade de negociação e pertencimento de atletas LGBTQIA+ e de masculinidades dissidentes no cotidiano da modalidade.

Situações de constrangimento e regulação dos comportamentos levam ao afastamento ou à não adesão de pessoas à modalidade, ainda que o voleibol seja percebido como esporte híbrido e mais pluralizado. Isso porque, quando a hegemonia das masculinidades é imposta, inclusive sobre homens gays que se enquadram em tal padrão, outros atletas sentem-se obrigados a buscar aprovação ou a questionar suas próprias identidades. Essa lógica, ainda muito presente em clubes amadores e realidades do interior, dificulta o acesso e a permanência de atletas com masculinidades dissidentes nos níveis mais altos do voleibol, como a Superliga A ou a Seleção Brasileira. Atletas como Douglas Souza, Maique Nascimento e Adriano Fernandes, todos assumidamente gays e com masculinidades singulares, são referência para aqueles que não querem ou não precisam se ocultar. Diferente desses atletas que conquistaram suas posições no esporte, outros, de clubes menores e com menos oportunidades, com identidades, corpos e masculinidades dissidentes, continuam sendo excluídos dos espaços esportivos, inclusive no voleibol, contribuindo para a evasão compulsória desses atletas.

No âmbito esportivo, identidade e corporeidade extrapolam o marcador individual e atravessam dinâmicas sociais e coletivas. No voleibol, tais atravessamentos se relacionam com o grupo e o funcionamento da equipe. A experiência relatada evidencia que, em situações de conflito ou competição, existe uma expectativa acerca de como o homem deve se portar, ou seja, ser duro, agressivo, não demonstrar emoções, para assim provar sua masculinidade. Discussões acaloradas, baseadas no grito e na demonstração de força, se tornam mecanismos de inclusão em um cenário que exige essa perspectiva de masculinidade. Embora tais situações, fundamentadas em estereótipos enraizados, tenham ocorrido durante treinos e competições, havia a consciência de que poderiam desestabilizar e desorganizar a equipe, uma vez que essas ações não devem sobressair também a interação da equipe.

Brito (2023) aborda as masculinidades queer(cuir)izadas como práticas que afrontam prerrogativas institucionais, forçadas e impostas ao masculino, considerando que masculinidades e feminilidades não são fixas, rígidas ou simplistas, mas mutáveis e complexas. Em seu estudo, Brito destaca, por meio de observações participantes, conversas informais e entrevistas, diversos elementos relevantes para a discussão dos comportamentos de outros no contexto do voleibol. Um exemplo é o posicionamento do

treinador ao comparar jogadores com jogadoras peruanas, ressaltando comportamentos que se aproximam do voleibol feminino. A não aceitação de performatividades fora da masculinidade hegemônica é evidenciada por afirmações como “Vontade de pegar eles, sacudir e falar ‘vira homem, mermão’” (Brito, 2023, p. 424). O autor ainda aponta que tal perspectiva está sempre ancorada na comparação entre masculinidade e feminilidade, sendo que a hegemonia masculina legitima comportamentos como gritar, exibir força física e outros, como formas de confirmar o “ser homem”.

Apesar da percepção de que o voleibol seria mais receptivo à diversidade (Coelho, 2009), faz-se necessário refletir que o espaço esportivo, inclusive o voleibol, ainda demanda uma expressiva performatividade de gênero. No desejo de pertencimento, muitos atletas buscam adequar seus comportamentos às orientações da equipe técnica ou a outras cobranças. O não enquadramento dentro desses padrões ainda é visto como abjeto, mesmo no voleibol. Retomando a perspectiva de Borges, Machado e Francisco (2021), o contexto esportivo permanece marcado por estruturas machistas e homofóbicas.

Assim, considera-se que a relação entre masculinidade e esporte é complexa e atravessada por múltiplas camadas de expectativas, ansiedades e potenciais conflitos para sentir-se pertencente e alcançar a tão almejada ascensão na carreira. Waleska Francisco, Juliana Santos e Katia Rubio (2022) evidenciam o silenciamento de atletas que não performam a masculinidade hegemônica, especialmente LGBTQIA+, destacando que parâmetros são impostos para valorar e legitimar determinados comportamentos. Essas adaptações costumam servir como mecanismos de proteção individual diante do preconceito e da discriminação, impactando diretamente as corporeidades.

Um exemplo emblemático das negociações, pressões de jogos de poder vivenciados por atletas LGBTQIA+ ou que possuem masculinidades dissidentes no esporte brasileiro é o caso de Douglas Correia de Souza. Douglas relata que, apesar de seu desempenho e contribuição para o time, só conquistou respeito e pertencimento após impor a necessidade de sua presença (Hideshima *et al.*, 2024), se tornando referência por desafiar normas tradicionais da masculinidade no voleibol e trazer visibilidade a corpos e performances dissidentes em um ambiente ainda marcado pelo conservadorismo e pelo controle de identidades.

Esta postura, ao mesmo tempo que inspira outros jovens atletas e contribui para a pluralidade dos modelos de masculinidade no voleibol, expõe a persistência de práticas excludentes e a necessidade de autoafirmação constante para conquistar reconhecimento.

A trajetória de Douglas, assim como do autor-relator, sintetiza tanto os avanços quanto as limitações do ambiente esportivo, revelando que a acolhida a manifestações dissidentes ocorre, muitas vezes, em razão da excelência esportiva e não pela aceitação plena da diversidade. Do mesmo modo, aponta para a urgência de políticas institucionais que vão além dos casos individuais e promovam, de forma estruturada, a inclusão e o respeito à pluralidade de identidades e corpos no esporte.

Dimensão Social: marcos socioculturais das masculinidades no Voleibol

É nesse sentido que Eric Dunning, Joseph Maguire e Patrice Guillaume (1997) fundamentam sua análise de que o esporte, tanto nas sociedades modernas quanto nas antigas, foi concebido, organizado e promovido predominantemente por homens e para homens, visando preservar uma ideia de masculinidade como território simbólico e social. O esporte serviu, historicamente, como ritual de validação da virilidade e da masculinidade, enaltecendo atributos como força, coragem e competitividade, contribuindo para a formação identitária do masculino. O padrão tradicional, centrado na resistência masculina e na exclusão de mulheres ou pela diminuição das competências femininas, permanece fortemente associado ao ideal de masculinidade, reafirmando, assim, o poder masculino.

Compreende-se a masculinidade como uma materialização de identidade construída socialmente e presente em diferentes instituições, inclusive no espaço esportivo (Vidiella *et al.*, 2010). Nesse contexto, o esporte se configura como ambiente que, simultaneamente, socializa e regula condutas das identidades e dos corpos masculinos, reforçando padrões hegemônicos de masculinidades, hierarquizando e excluindo aqueles que não se enquadram nessas normas. O papel da mídia é igualmente relevante, pois contribui para a construção e o reforço do estereótipo do homem forte, viril e vitorioso, invisibilizando determinados atletas e práticas dissidentes.

Em linha com o exposto, a experiência pessoal aqui relatada corrobora que as masculinidades se manifestam de formas plurais, dependendo da modalidade esportiva em questão. Determinados esportes, como o futebol, estimulam uma performatividade masculina agressiva e competitiva, caracterizada pela ausência de demonstrações de fraqueza, ao passo que o voleibol se apresenta, ao menos em parte, mais aberto à expressão livre de emoções e sexualidade. Não raro, o voleibol é depreciativamente rotulado como “esporte de gay”, questionando a seriedade e desvalorizando o

desempenho, o que reforça estigmatizações que afetam a todos os envolvidos, ampliando a pressão, sobretudo sobre aqueles que fogem ao padrão esperado de masculinidade.

Tal realidade se desdobra em processos de negociação, resistência, sofrimento e em estratégias de sobrevivência no ambiente esportivo. A não conformidade ao padrão dominante acarreta vivências de exclusão, exigindo que sujeitos negociem constantemente sua relação com o próprio corpo, o masculino socialmente instituído e o universo esportivo. O artigo de Vidiella *et al.* (2010) relata a experiência de pessoas que sofrem ao debater masculinidade e heterossexualidade, diante do constrangimento e do receio da descoberta da orientação sexual, o que também opera como mecanismo de controle social no esporte.

O entrecruzamento entre experiências pessoais e vivências esportivas, como no caso do voleibol, é amplamente explorado na literatura e evidencia que as masculinidades são atravessadas por marcadores sociais múltiplos, como exemplificado por Brito (2023). O autor apresenta o relato de Hugo, jovem atleta que se reconhece “como um sujeito que performatiza uma masculinidade que se desvia da norma, questiona a naturalização de comportamentos atribuídos aos jogadores não heterossexuais” (p. 428), e também as falas de outros jovens sobre o posicionamento do técnico em relação a “dar pinta”, legitimando discursos heteronormativos.

Diante disso, reforça-se a compreensão de que a masculinidade deve ser entendida como uma instituição, produzida no interior de relações sociais reiteradas e legitimadas pela própria repetição. Tais relações organizam-se em torno de um modelo hegemônico, que no Brasil associa-se ao homem branco, de classe alta e heterossexual, marginalizando identidades e corpos que não se encaixam nessa lógica institucional. As regras dessa instituição não se dão apenas pela linguagem verbal, mas também pelo silêncio, pela interdição e pelo controle dos corpos e comportamentos (Barbarini; Martins, 2018).

Associando essas informações, é possível identificar que os relatos, incluindo o deste artigo, evidenciam a masculinidade como produto de um conjunto de relações sociais e discursos institucionalizados, legitimados pela repetição e que estruturam comportamentos, performances e expectativas no esporte. Os rótulos “ser homem” e “esporte de gay” constituem mecanismos institucionais de policiamento dos limites masculinos, ora visando resguardar fronteiras simbólicas da masculinidade hegemônica. A abordagem institucional acerca da masculinidade contribui para a compreensão das dinâmicas de aceitação e exclusão, liberdade e controle, sofrimento e existência, que

integram um sistema cultural, histórico, político e discursivo, marcado por identidades e corporeidades atingidas de modos e intensidades diversas.

Outro ponto relevante reside nos marcadores sociais associados à construção da masculinidade, elementos como raça, etnia, classe social e orientação sexual influenciam decisivamente a forma como se percebem e se constroem as masculinidades. Assim, homens negros, periféricos, gays e com expressões de gênero divergentes sofrem ainda mais discriminação no contexto esportivo, inclusive no voleibol.

Aproximando-se da proposta de interseccionalidade de Patricia Collins e Sirma Bilge (2021), observa-se que tais marcadores sociais, ao se entrecruzarem, agravam desigualdades, incluindo o acesso e a permanência no esporte. Especificamente no voleibol, poderes interseccionais se manifestam no racismo, no sexismo e na homofobia, experienciados e/ou reforçados tanto entre atletas quanto por comissões técnicas, torcedores(as) e pela própria mídia, que frequentemente marginaliza determinados sujeitos enquanto evidencia outros.

Collins e Bilge (2021) também destacam a importância do contexto social como categoria analítica fundamental para a Teoria Interseccional, ressaltando que os territórios precisam ser analisados diante de realidades globais. No Brasil, por exemplo, ainda prevalece a vinculação institucional a concepções eurocêntricas de masculinidade. É valorizado aquele que incorpora o estereótipo eurocêntrico, consolidando um ideal restrito e excludente de masculinidade que pouco dialoga com a diversidade étnico-racial, de classe e de orientações sexuais presentes na sociedade brasileira.

Ao abordar a dimensão estrutural e relacional do poder (Collins; Bilge, 2021), importa considerar que as hierarquias presentes no esporte não são apenas individuais, mas continuamente reproduzidas e reforçadas por diferentes agentes que integram, direta ou indiretamente, esse campo, exigindo dos atletas homens a constante reafirmação do “ser homem” em quadra. Como observa Anjos (2015), algumas modalidades, como o futebol, apresentam elementos e rituais específicos legitimadores de determinados comportamentos. Em sua análise, a autora apresenta que no futebol se observam manifestações verbais e gestuais que externalizam atributos ligados à sexualidade e à masculinidade, sendo comuns incentivos à equipe baseados em “atributos masculinos de força e virilidade” (Anjos, 2015, p. 21).

Comparando futebol e voleibol, Anjos (2015) indica tratar-se de universos distintos, isto é, o primeiro reproduz práticas discriminatórias e violentas, enquanto o segundo, ao menos em parte, constitui um espaço mais seguro e acolhedor para diferentes

expressões de gênero e sexualidade. O voleibol tem sido alvo de estigmatização quanto à performance de gênero dos homens, sendo considerado por muitos como “esporte de bicha” (Anjos, 2015, p. 21), perpetuando a exclusão, a discriminação e a estigmatização dos atletas, conforme relatado no fragmento a seguir:

Nós, jovens gays, muitas vezes nos perdemos em quem realmente somos e em quem acabamos inventando para sermos aceitos pela sociedade. Quando começamos a praticar esporte, especialmente o voleibol, sentimos uma possibilidade de inclusão, percebemos que existem pessoas como nós, que nossa voz pode ser ouvida, e que finalmente podemos ser nós mesmos. No entanto, logo precisamos lidar com comentários preconceituosos, muitas vezes vindos até de familiares, dizendo que ‘voleibol é esporte de gay’ ou que deveríamos praticar voleibol justamente por isso. Isso acontece porque, como mencionei antes, o voleibol é frequentemente associado à comunidade LGBTQIA+.” (Autor-relator).

Diante disso, faz-se necessário refletir sobre o que seriam “esportes de gay” *versus* “esportes de macho”, categorizações que transcendem a simples rotulação e geram constrangimento, uma vez que operam distinções simbólicas que delimitam fronteiras no universo das masculinidades. Todo esse processo atua como dispositivo de poder, buscando disciplinar identidades e corpos, legitimando aqueles que se adequam às masculinidades hegemônicas e discriminando ou estigmatizando aqueles com expressões divergentes de gênero e sexualidade.

A particularidade de atuar em clube amador, em uma cidade do interior de Goiás, faz com que as regras tácitas de masculinidade sejam ainda mais reguladas por valores tradicionais, conservadores e locais, a exemplo do que apontam Miyazaki (2019), Borges e Tonini (2012). Difere, dessa forma, do cenário de grandes centros, onde a circulação de referências e políticas públicas podem favorecer o acolhimento de expressões e performatividades dissidentes ou, ao menos, ampliar o debate sobre inclusão.

Com a participação expressiva de atletas que rompem a perspectiva tradicional de masculinidade, observa-se, então, o início de rupturas frente a essas instituições que legitimam um único tipo de masculinidade heteronormativa na sociedade e no esporte, sobretudo no voleibol, espaço considerado híbrido e acolhedor (Coelho, 2009; Anjos, 2015). As masculinidades dissidentes desestabilizam a concepção hegemônica, possibilitando a presença e o protagonismo de identidades e corpos historicamente marginalizados. Nesse sentido, Brito (2023, p. 430) aponta que a masculinidade normalizadora “não parece apresentar força suficiente para dominar tal espaço-tempo e,

em alguma medida, falha em instituir-se como única performatização de masculinidade reconhecida em legitimidade entre os jovens atletas em questão”.

Dimensão Prático-Pedagógica: técnicas, saberes e relações no voleibol e a relação com as masculinidades

Diferentes posições e gestos técnicos no voleibol são tradicionalmente associados a expectativas específicas de masculinidade, muitas vezes subordinadas aos parâmetros da masculinidade hegemônica. Parâmetros como força física e potência, particularmente valorizados nas posições de central e oposto, tendem a ser identificados como traços “mais masculinos”, enquanto funções como levantador e líbero, que demandam precisão e controle, são frequentemente interpretadas como “menos masculinas” do ponto de vista cultural (Brito, 2018; Alexandre Volpe, 2018). Essas atribuições, entretanto, não são fixas ou naturais, mas são produtos de uma construção social e simbólica reiterada nas lógicas pedagógicas e no cotidiano da modalidade. O trabalho coletivo característico do voleibol, por sua vez, representa uma possibilidade de ruptura dessas hierarquias, permitindo a emergência de múltiplas formas de expressão e valor, tanto técnica quanto simbólica, entre os atletas.

No relato de experiência abordado, analisou-se a relação entre determinadas atitudes técnicas e expectativas de masculinidade. Atletas em posições como levantador e líbero, exercidas pelo autor-relator, eram alvo de comentários irônicos como “bate igual mulher” ou “tem que ser mais agressivo, mais homem”, sobretudo quando as ações iam na contramão do que era esperado para o “ser homem” em quadra. Em alguns momentos, durante os treinos e competições, era comum a valorização de atitudes mais duras e explosivas, enquanto expressões de sensibilidade, diálogo coletivo ou controle emocional eram taxadas como fragilidades.

Ainda no âmbito técnico, destaca-se, como exemplo emblemático, o fundamento de ataque, que deve ser realizado “quebrando o punho” ou, no vocabulário cotidiano, “quebrando a munheca”. A regulação corporal exigida para execução desse gesto técnico é valorizada do ponto de vista do desempenho esportivo, sendo considerada indispensável para a efetividade do ataque. No trato pedagógico, o termo “quebrar a munheca” é empregado como uma forma de ensino do fundamento, servindo como recurso didático para assimilação, compreensão e execução correta da técnica. Nesse contexto formativo, a expressão é naturalizada e não sendo pejorativa.

Paradoxalmente, essa expressão carrega um simbolismo que remete, no imaginário coletivo e na cultura patriarcal, a gestos considerados femininos ou associados à homossexualidade, como destacado por Connell (2005). Assim, “quebrar a munheca” torna-se uma expressão marcada por uma complexa disputa simbólica, ao mesmo tempo em que representa o domínio técnico apreciado no voleibol, permanece atravessada por um repertório cultural pejorativo que regula e estigmatiza corpos e performances a partir de normativas restritivas sobre a masculinidade.

Essas ambiguidades e expectativas não se limitam à técnica esportiva, mas estão continuamente presentes nos códigos do cotidiano, regulando tanto o desempenho quanto a aceitação ou rejeição social nas equipes. Esse processo é ilustrado no relato a seguir:

Na minha experiência, é muito comum ouvir comentários que refletem um tratamento diferenciado para atletas que expressam masculinidades distintas. [...] Também já presenciei comentários sobre a posição de líbero, em que alguém afirmou que para jogar nessa função “precisa dar pinta”, como se a postura ou expressão de gênero fosse um pré-requisito. Na verdade, o que realmente importa para o líbero é a agilidade, a leitura de jogo e a disposição para defender. (Autor-relator)

Essas vivências relatadas evidenciam como o campo técnico-pedagógico, ao repetir e reforçar gestos e comportamentos valorizados pela masculinidade hegemônica, tende a invisibilizar competências e expressões que poderiam enriquecer a coletividade da equipe. Esse processo se acentua em cidades médias como Itumbiara, marcadas por forte influência agropecuária e um perfil social historicamente mais conservador, onde padrões tradicionais de gênero tendem a ser mais valorizados e menos contestados (Miyazaki, 2019). Em contextos como o de Itumbiara, a escassez de políticas públicas para o esporte e a predominância de clubes amadores tornam o ambiente ainda mais dependente de lideranças locais, cujas concepções técnicas e pedagógicas muitas vezes refletem o imaginário social da masculinidade regional.

Quando lideranças do time e/ou treinadores(as) adotam posturas mais abertas e flexíveis, reconhecendo o valor das diversas identidades, comportamentos, performatividade e formas de expressão, ocorre maior espaço para pluralidade e acolhimento na prática esportiva, mesmo em realidades marcadas pelo conservadorismo. Por outro lado, onde prevalece a hierarquização simbólica das funções técnicas, instala-se um ambiente de treinamento e competição hostil, em que o próprio comportamento é autorregulado pelos mecanismos de vigilância e pressão, reforçando a necessidade de os

atletas se adequarem a moldes restritos de “ser homem”, como também se observa nos relatos de Brito (2018; 2023).

Ao analisar a consequência prática, identifica-se a limitação do potencial educativo do esporte, mesmo observando o esporte de alto rendimento ou espetáculo, que, em vez de ser espaço de diversidade e formação cidadã, acaba por perpetuar inseguranças, silenciamentos e, muitas vezes, a evasão de jovens atletas que não se reconhecem nesse padrão dominante. Esse ciclo só começa a ser transformado quando há apostas, explícitas e sistemáticas, numa pedagogia voltada ao respeito e à valorização das múltiplas formas de masculinidades.

Segundo o autor-relator, no tocante às diferenças de tratamento técnico dispensadas a atletas que performam masculinidades dissidentes, era frequente a ocorrência de comentários que cobravam certo padrão de masculinidade, depreciando comportamentos e “trejeitos” associados ao feminino. Expressões como “bate igual homem” ou “para de atacar igual mulher” são comumente proferidas, fomentando a inferiorização tanto das mulheres quanto de homens que se comportam fora das normativas instituídas. Esse cenário é semelhante ao relatado por Brito (2023), em que o treinador compara jogadores gays a jogadoras peruanas, rotulando-os pejorativamente como “super mulherzinhas” (p. 424) ou sugerindo agressão para “virar homem”.

Essas manifestações sob a ótica pedagógica revela que, mais do que meros “comentários”, tais práticas funcionam como dispositivos institucionais de poder, de controle e disciplinamento, que atravessam o ambiente formativo e desencorajam o surgimento de referenciais alternativos, especialmente em municípios, como é o caso de Itumbiara, onde a pluralidade de valores ainda encontra forte resistência cultural.

Tais situações evidenciam o quanto o esporte, mesmo diante de mudanças sociais, culturais e políticas, ainda perpetua práticas preconceituosas. Esses posicionamentos discriminatórios não se restringem à comissão técnica, partem também de atletas, dirigentes e, por vezes, da própria torcida, o que reforça a marginalização de comportamentos e expressões dissidentes e diversas em homens. Isso pode ser compreendido pela associação dos parâmetros e representações sociais e esportivas à ordem compulsória de sexo, gênero e sexualidade, reforçando o biológico como critério de definição e hierarquia. Essas questões dialogam com o que expõe Anjos (2014) sobre a estereotipação de identidades e corpos e a regulação das expressões a partir de uma lógica heteronormativa. A não conformidade com tais normas desencadeia processos de ridicularização, marginalização e acusação de serem “menos homens”.

Outra parte do relato de experiência evidencia que a atuação da comissão técnica, ao tratar temas como liderança, emotividade e trabalho em equipe, pode tanto perpetuar modelos tradicionais e hegemônicos de masculinidade quanto favorecer rupturas. Com frequência, liderança é associada ao homem forte, viril, autoritário, que não expõe emoções consideradas sinal de fragilidade. Expressar sentimentos, para muitos, é interpretado como fragilidade, reforçando um ideal restrito de masculinidade. Por outro lado, experiências mais inclusivas, em equipes com uma comissão técnica sensível e aberta, o trabalho é pautado no diálogo, na empatia e no apoio mútuo, proporcionando rupturas com o tradicionalismo que antes reforçava modelos rígidos de masculinidade e abrindo espaço para ambientes mais acolhedores e humanos.

Esses novos modelos desafiam as relações de poder e a hierarquização das masculinidades, compreendendo-as como negociáveis (Brito, 2023). Embora o voleibol, enquanto esporte de alto rendimento, se relacione fortemente à competitividade, faz-se necessário promover a reconfiguração do entendimento sobre pluralidade e diversidade de identidades e corpos na contemporaneidade. Para Azevedo e Gomes Filho (2011, p. 598), “A exclusão é vista como um processo multidimensional de ruptura social progressiva [...]. Ela afetaria não apenas indivíduos e grupos, mas o conjunto do corpo social, desconstituindo tradições sem as quais seria impossível sentir-se pertencente”.

A partir desse entendimento, reconhece-se que o esporte, inclusive o de alto rendimento, é uma prática educacional e, como tal, contribui para a formação integral dos indivíduos. O esporte deve reconfigurar-se às novas demandas sociais, “adaptando às novas tendências de interpretação dos fenômenos sociais ancoradas no conceito eclético de exclusão.” (Azevedo; Gomes Filho, 2011, p. 600), promovendo o respeito, a equidade, a justiça social e a inclusão. Ressalta-se a necessidade de políticas públicas que contemplem a formação de técnicos(as) de voleibol, tornando-os(as) capazes de compreender e atuar frente à diversidade de identidades, corpos e expressões de gênero que se apresentam no esporte.

A experiência relatada neste trabalho, juntamente com a triangulação realizada a partir de outros(as) autores(as), reforçam a importância de incluir o debate sobre masculinidades na formação técnica, promovendo momentos de reflexão acerca das múltiplas performances de masculinidade, desconstruindo estereótipos e incentivando o respeito às diferentes formas de ser. Torna-se urgente, nesse contexto, incorporar temas relativos a gênero, sexualidade e masculinidades nos cursos de formação de técnicos(as),

criar espaços seguros para os jogadores e estabelecer regras claras contra comportamentos discriminatórios, sejam eles verbais ou não verbais, nos regimentos das federações, clubes e equipes, abrangendo todos(as) os(as) envolvidos(as), atletas, comissão técnica e torcedores(as).

Considerações Finais

É perceptível que o esporte, em especial o voleibol, ainda se configura como um espaço carregado de tensões, potencialidades e paradoxos no tocante às masculinidades. A partir do relato apresentado, é possível constatar que o contexto do voleibol, por vezes reconhecido como híbrido e acolhedor, ainda preserva estruturas de poder e hierarquização que buscam controlar e regular identidades, corpos e comportamentos dissidentes da masculinidade hegemônica normatizadora. Homens atletas que fogem a essa regra frequentemente são alvo de discriminação e estereotipação, tornando-se vítimas de chacotas tanto de agentes internos quanto externos à quadra. As chamadas relatadas, como “ser homem”, “bate igual homem” e “para de atacar igual mulher”, constituem práticas que violentam e desrespeitam as identidades e corporeidades de cada atleta, levando-os a dois caminhos: o enquadramento aos padrões vigentes, com consequente perda de sua identidade, ou a autoexclusão do esporte.

A experiência relatada apresenta múltiplas camadas desse cenário esportivo, desde as estruturas observadas em uma cidade média do interior (Itumbiara-GO), ainda marcada pelo conservadorismo e pela ausência de políticas públicas efetivas para o incentivo ao esporte, até os desafios enfrentados para sentir-se pertencente e ser reconhecido no voleibol. O percurso de um homem gay ex-atleta demonstra que, para além das amarras e discriminações cotidianas, persistem processos complexos de identificação, legitimação e pertencimento, experimentados no contexto dos treinamentos e competições. Os posicionamentos de atletas como Douglas Souza e outros, bem como o próprio relato, reforçam que o contexto esportivo, inclusive o voleibol, permanece como um campo dinâmico de negociações, poder, resistências e possibilidades de transformação.

As experiências relatadas, articuladas à discussão proposta, sinalizam a urgência de uma reconfiguração do espaço esportivo, para que este se constitua aberto e acessível às pluralidades de masculinidades e, assim, influencie também os ambientes extraquadra. O acolhimento e o respeito às diferenças devem ser promovidos, englobando atletas, comissão técnica e torcida.

Por fim, ressalta-se a necessidade de ampliar as discussões acerca das masculinidades no esporte, sobretudo na formação de técnicos(as) e na formulação de políticas públicas que garantam a inclusão e permanência a pessoas que não se enquadram nos padrões das masculinidades hegemônicas. Compreender o esporte como um importante fenômeno sociocultural e educativo impõe uma reflexão crítica sobre as exclusões, desigualdades e poderes que atravessam esse campo, promovendo a valorização e a legitimação das diversas experiências de masculinidades.

Referências

- ANJOS, Luiza Aguiar dos. Representações sobre homossexualidades e esportes: desdobramentos para o campo do lazer. **LICERE – Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, v. 17, n. 1, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/625>
- ANJOS, Luiza Aguiar dos. “Vôlei masculino é pra homem”: representações do homossexual e do torcedor a partir de um episódio de homofobia. **Movimento**, p. 11-24, 2015. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/Movimento/article/view/43189>
- ATHAYDE, Pedro; MASCARENHAS, Fernando; FIGUEIREDO, Pedro Osmar Flores de Noronha.; REIS, Nadson Santana. O esporte como direito de cidadania. **Pensar a Prática**, Goiânia, v. 19, n. 2, 2016. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/pef/article/view/34049>
- AZEVEDO, Marco Antonio Oliveira de; GOMES FILHO, Arnóbio. Competitividade e inclusão social por meio do esporte. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 33, p. 589-603, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbce/a/gWxPVPWrGpvVF6hbbsWyDLD/abstract/?lang=pt>
- BARBARINI, Neuzi; MARTINS, Daniel Fauth Washington. Masculinidade como instituição: uma análise conceitual do “ser homem” no Brasil. **Psicologia Argumento**, v. 36, n. 92, p. 216-236, 2018. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/psicologiaargumento/article/view/25923>
- BORGES, Carlos Nazareno Ferreira; TONINI, Grece Teles. O incentivo ao esporte de alto rendimento como política pública: influências recíprocas entre cidade e esporte. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 34, p. 281-296, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbce/a/q8HP775hQ5j3ryzXyS5jQkd/?format=html&lang=pt>
- BORGES, Júlia Botelho de Faria; MACHADO, Raoni Perrucci Toledo; FRANCISCO, Waleska Vigo. Mulher, atleta e lésbica: assumindo riscos. **Olimpianos-Journal of Olympic Studies**, v. 5, p. 239-252, 2021. Disponível em: <https://journal.olimpianos.com.br/journal/index.php/Olimpianos/article/view/141>
- BRACHT, Valter. **Sociologia crítica do esporte: uma introdução**. Ijuí: Editora Unijuí, 2005.

BRITO, Leandro Teófilo de. **Enunciações de masculinidade em narrativas de jovens atletas de voleibol**: leituras em horizontes queer. 2018. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://www.bdt.d.uerj.br:8443/handle/1/10469>

BRITO, Leandro Teófilo de. Masculinidades no voleibol: precarização, agência e resistência em narrativas de jovens atletas. **Sexualidad, Salud y Sociedad (Rio de Janeiro)**, n. 38, p. e22204, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sess/a/cJ4W8k4BvFjhc6PWWJZwzCH/?format=html&lang=pt>

BRITO, Leandro Teófilo de. Performatizações da linguagem para queer(cuir)izar as masculinidades no voleibol. **Diversidade e Educação**, v. 11, n. 2, p. 412-434, 2023. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/divedu/article/view/16141/10617>

BRITO, Leandro Teófilo de; PONTES, Vanessa Silva; PEREIRA, Erik Giuseppe Barbosa. Masculinidades Queer no Voleibol-revisitando 'The Iron Ladies'. **TEXTURA – Revista de Educação e Letras**, v. 18, n. 38, 2016. Disponível em: <http://www.periodicos.ulbra.br/index.php/txra/article/view/2196>

COELHO, Juliana Affonso Gomes. Voleibol: um espaço híbrido de sociabilidade esportiva. In: TOLEDO, Luiz Henrique; COSTA, Carlos Eduardo (Org.). **Visão de jogo**: antropologia das práticas esportivas. 1. ed. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2009.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2021.

CONNELL, Raewyn. **Masculinities**. 2. ed. Los Angeles: University of California Press, 2005.

CONNELL, Raewyn.; MESSERSCHMIDT, James W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. **Revista Estudos Feministas**, v. 21, n. 01, p. 241-282, 2013. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/ref/v21n01/v21n01a14.pdf>

DAOLIO, Jocimar. Educação Física e cultura. **Revista Corpoconsciência**, v. 1, p. 11-18, 1998.

DUNNING, Eric; MAGUIRE, Joseph; WUILLAUME, Patrice Charles. As relações entre os sexos no esporte. **Estudos Feministas**, p. 321-348, 1997. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/43904551>

FRANCISCO, Waleska Vigo; SANTOS, Juliana Ferreira dos; RUBIO, Katia. O respeito ao não-dito nas narrativas de atletas LGBTQIA+ do esporte olímpico. **Olimpianos-Journal of Olympic Studies**, v. 6, p. 93-106, 2022. Disponível em: <https://journal.olimpianos.com.br/journal/index.php/Olimpianos/article/view/143>

FURTADO, Renan Santos. Um estudo sobre os usos teóricos do conceito de esportivização na Educação Física e na Sociologia do Esporte. **Movimento**, v. 31, p. e31006, 2025. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mov/a/vrrLNsV6jSjDqPg9TBX9FnR/?format=html&lang=pt>

HIDESHIMA, Erica; REZENDE, Laura; CIANCI, Ludi; CASÉ, Roger. Douglas Souza diz que precisou se impor para ser aceito: "Ah, Douglas é homossexual... tá, mas e daí?". **GE**. 28 jun 2024. Abre Aspas. Disponível em: <https://ge.globo.com/abre-aspas/noticia/2024/06/28/douglas-souza-desabafa-e-meio-exaustivo-todo-santo-ano-ter-que-falar-sobre-sexualidade-no-esporte.ghtml>

MIYAZAKI, Vitor Koiti. Análise da morfologia urbana em Itumbiara (GO): dispersão e descontinuidades territoriais. **Espaço em Revista**, Catalão, v. 21, n. 1, p. 19–37, 2019. DOI: 10.5216/er.v21i1.60091. Disponível em: <https://periodicos.ufcat.edu.br/index.php/espaco/article/view/60091>

MUSSI, Ricardo Franklin de Freitas; FLORES, Fábio Fernandes; ALMEIDA, Claudio Bispo de. Pressupostos para a elaboração de relato de experiência como conhecimento científico. **Revista práxis educacional**, v. 17, n. 48, p. 60-77, 2021. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S2178-26792021000500060&script=sci_arttext

PNUD. **Relatório de Desenvolvimento Humano Nacional - Movimento é vida: Atividade Física e Esportivas para Todas as Pessoas**. Brasília: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 2017.

VIDIELLA, Judit *et al.* Masculinidad hegemónica, deporte y actividad física. **Movimento**, v. 16, n. 4, p. 93-115, 2010. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1153/115316963006.pdf>

VOLPE, Alexandre Alberto Scabello. **Sou gay e daí: a homossexualidade declarar por jogadores de voleibol – um estudo de caso**. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação Sexual) – Faculdade de Ciências e Letras – Universidade Estadual Paulista – Campus Araraquara – São Paulo, 2018. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/entities/publication/b33ba1cc-fc2c-4306-ba69-45f32226030f>

Recebido em agosto de 2025.

Aprovado em outubro de 2025.